

Aristóteles Drummond

Medicina brasileira relevante

A medicina no Brasil tem uma longa história de relevância no cenário internacional. Desde o Império com estudosos reconhecidos fora de nossas fronteiras e um sistema público ou com base na filantropia eficiente, embora nem sempre de boa gestão. Nossa rede de Santas Casas mostra o valor da herança da colonização portuguesa, em que muitos retribuíram à sociedade os ganhos obtidos em suas atividades empresariais. Foram os titulados do Império os grandes doares das Santas Casas.

A Academia Imperial de Medicina, hoje Nacional, sempre teve quadros de alta qualidade e serviços prestados ao povo brasileiro. Além dos nomes mais

conhecidos do passado, como Oswaldo Cruz, Miguel Couto, Carlos Chagas, Cardoso Fontes e Ivo Pitanguy, tem um acervo de homens notáveis, profissionais de sucesso, muitos dos quais sem abrir mão do verdadeiro voluntariado, que é o serviço público, de baixa remuneração, apesar de atuação na medicina privada.

A entidade maior tem em seus quadros os maiores médicos do país, que dividiram seu tempo com a sociedade e a representação do Brasil em fóruns internacionais, como o caso atual do dr. Jorge Alberto Costa e Silva. E acolhe os maiores nomes da atualidade como os irmãos Pires Vaz – Fernando e Octavio –, Paulo Niemeyer, Felipe Queirós Matto-

so, Carlos Barros Franco, Jair de Castro e Mauricio Costa, entre outros.

Esta semana acolhe um jovem notável, André Berger, considerado um dos melhores operadores da cirurgia robótica do mundo, com mais de três mil operações nos EUA e no Brasil. Berger voltou ao Brasil para dirigir o setor de robótica do mundo dos hospitais Moinho de Ventos, de Porto Alegre, e os Star do Rio, São Paulo e Recife.

Esta instituição que data do Império – fundada em 1829 – é prova viva da relevância da vida acadêmica no Brasil, se constituindo neste momento de uma lembrança de que o mérito ainda tem lugar em instituições que mantêm a qualidade herdada de seus membros através dos tempos.

Ricardo Koboldt de Araújo*

Soberania Nacional em Xequ

No dia 18 de agosto de 2025, o Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu uma decisão que repercutiu intensamente no cenário jurídico brasileiro, ao afirmar que o Brasil não se submeterá automaticamente a normas, atos, protocolos e decisões provenientes de estados estrangeiros. A admissibilidade de questões, conforme sua declaração, é restrita às normas que já foram incluídas no ordenamento jurídico nacional.

Essa decisão surgiu em virtude de ações judiciais que envolvem lobby da mineração, especificamente através do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), e se relaciona a questões judiciais resultantes de desastres ambientais, como os de Mariana e Brumadinho. É importante destacar que a decisão foi abordada de forma antecipada, vinculada a uma ação suspensa desde o ano anterior, e parece ter sido motivada pela recente aplicação da Lei Magnitsky pelos Estados Unidos, que afeta indivíduos de diversas nacionalidades que são considerados responsáveis pelas exceções de direitos humanos.

A essência da decisão de Flávio Dino dizia respeito à reafirmação da soberania nacional. O ministro defende que as normas e decisões estrangeiras não devem ter eficácia automática no Brasil, mas sim dependem da validação e reconhecimento das autoridades nacionais competentes. Essa orientação estabelece um controle mais rigoroso sobre a aplicação de normas estrangeiras, especialmente no que se refere à sua compatibilidade com a Constituição Federal.

O escopo da decisão transcende o caso específico, estendendo-se às situações semelhantes que podem surgir, ou que revelam um objetivo implícito de controle sobre a eficácia de normas internacionais, especialmente aquelas que têm impacto sobre o Judiciário brasileiro.

Constitucionalmente, a decisão de Flávio Dino não se mostra inovadora no cenário da legislação brasileira, certamente as premissas constitucionais da soberania e ordem pública assim como da necessidade de homologação prévia por nosso sistema judiciário para dar validade previa a atos externos. O despacho de Flávio Dino evoluiu num quadro de oportunismo político-jurídico, segundo nosso entendimento, e busca repelir através desta decisão a defesa das autoridades sancionadas pelos Estados Unidos.

Todas as decisões emergentes entre tribunais internacionais e cortes estrangeiras se definem pela ótica da extensão das decisões tomadas por órgãos caracteristicamente vinculados a tratados internacionais e dependentes de ratificação interna, como por exemplo, as decisões da Corte Internacional de Justiça e da Organização Mundial do Comércio, enquanto cortes estrangeiras seriam departamentos judiciais criados pelos Estados para regular a vida social e a ordem pública em geral, invariavelmente nominados de tribunais internos.

É importante ressaltar que as empresas brasileiras devem compreender que o impacto da decisão ministerial emerge apenas em relação a eventuais relações entre os sancionados e os bancos e empresas nacionais que eventualmente possuam ativos ou operações no Brasil, mas que sejam efetivamente americanos. Fora a relação entre os sancionados e as medidas aplicadas pela lei americana estruturam o nexo causal exclusivo da aplicação das sanções unilaterais, mesmo porque, seu contexto de validade e aplicação face a decisão ministerial não se aplica senão em relação a empresas e atividades afins que possuam eventual vínculo com o governo norte americano.

Outro elemento crucial da decisão é sua relação com a Lei Magnitsky, adotada

pelos EUA, que visa sancionar indivíduos cujas ações violam direitos humanos. A postura de Flávio Dino sugere que o interesse do governo brasileiro, em certos casos, deveria garantir um “salvo-conduto” para membros do Judiciário nacional, evitando a aplicação de sanções que poderiam ser consideradas como interferência externa nas questões internas do Brasil.

Embora as avaliações internacionais possam impactar os cidadãos brasileiros, Dino argumenta que isso não necessariamente impõe a soberania do país. As consequências, em segundo lugar, se restringem às relações pessoais dos indivíduos afetados, sem impactar diretamente a autonomia do Brasil como nação.

A decisão do Ministro Flávio Dino sinaliza um posicionamento claro em defesa da soberania nacional, estabelecendo limites à aplicação de normas estrangeiras no Brasil. Essa abordagem poderá ter repercussões profundas nas relações internacionais do país, especialmente nas áreas de direitos humanos e responsabilidade corporativa.

No cenário atual, onde os sistemas jurídicos e normas de diferentes países frequentemente se cruzam, a posição tomada pelo ministro reflete não apenas uma defesa dos interesses nacionais, mas também um chamado à reflexão sobre como o Brasil deve se posicionar frente a demandas externas e à influência de legislações de outros países. A questão da soberania se torna, assim, um pilar fundamental nas discussões futuras sobre a relação do Brasil com as normas internacionais e as implicações para sua população.

***Ricardo Koboldt de Araújo, é mestre pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e sócio do Mortari Bolico Advogados**

Barros Miranda*

Partidos que vão além das letras

Pouca gente deve saber quantos partidos políticos o Brasil tem. E muitos menos ainda a quantidade que está na lista para virar um no TSE. Porém, das siglas atuais, algumas chamam atenção, seja pelo seu passado, pela sua composição ou mesmo pelo seu retorno, completamente diferente daquele que fora outrora.

Uma letra pode não fazer muita diferença, mas sua história continua a mesma (P)MDB é um partido de longa data. Desde o período militar está perpetuando as eleições em nosso país. Com muitos políticos de várias vertentes,

ele sobrevive por sempre dar apoio ao governante, pois, ao invés de se preocupar com a presidência, quer eleger deputados e senadores. Só que nas últimas isso não aconteceu e, provavelmente, internamente, deve haver movimentos para voltar às origens.

O União Brasil é singular. Oriundo da fusão entre o Democratas (antigo PFL, herdeiro da ARENA) eo PSL, então partido de Bolsonaro em 2018, tem seu foco na centro-direita. Não por menos, ganha força para sair do governo Lula e seguir sua linha e raiz de sempre.

Por último o PSD de hoje não tem a cara do PSD de antes. Se um figura-se como um centro de várias ideologias, o de 1945 era exatamente uma coligação direta e objetiva, com sua vertente bem definida.

Três siglas bem distintas, mas que podem ser cruciais para as eleições de 2026, seja no âmbito estadual e, principalmente, nacional. Fiquem de olho nelas, pois serão fundamentais para o futuro do país, em qualquer governo que venha a se formar.

***Historiador e Jornalista.**

EDITORIAL

EUA, Brasil e o problema com os juros

Aqui, lá, acolá. Seja no Brasil, nos Estados Unidos ou em alguns países da Europa, uma taxa assombrosa os presidentes: dos juros.

Por aqui, Lula já trocou o presidente do Banco Central, mas a indicador continua em níveis elevados, na casa de dois dígitos. E as justificativas são as mesmas: preocupações com a inflação e com o mercado externo. Mesmo com Gabriel Galípolo, a taxa subiu, chegando ao patamar de 15% novamente. E a pressão de Lula para baixar o juros continua, mas de uma forma moderada, já que quem está no comando do Banco Central é um indicado seu.

Nos Estados Unidos, as reclamações de Trump com Jerome Powell são constantes. Por mais que lá ela esteja em um patamar bem menor do que no Brasil, na casa de 4,25 a 4,50%, para os norte-americanos, esse valor é bastante alto, principalmente para um povo que, por anos, via taxas próximas de 1% ou mesmo na casa de 0,75%. E as justificativas são as melhores possíveis: tarifaço do próprio presidente aos países do mundo, para conter os efeitos no mercado interno. Trump já demitiu uma pessoa do Fed, o Banco Central dos EUA, mas a decisão não foi bem vista, pois as justificativas para a “justa causa” não foram bem assimiladas por alguns. Como o Fed é autônomo,

Trump precisa ter a maioria dos conselheiros para conseguir tirar Powell do poder.

Na Europa, os juros estão em queda livre, com a taxa chegando a 2,5%, com possibilidade de novos cortes, já que a inflação está equilibrada na Zona do Euro. Aliás, a taxa é o combustível para combater a inflação e, por isso, o Brasil tem juros altos, pois a inflação está acima da meta defendida pelo Banco Central, de 3%, com tolerância 1,5 ponto percentual. Ou seja, a inflação aqui está acima de 4,5%.

Nessa gangorra econômica de juros e inflação, quem mais sofre, obviamente é a população, que vê alimentos, energia e outros produtos básicos e essenciais para a sobrevivência em preços elevados ou um pouco acima do orçamento, tendo que sacrificar alguns produtos em detrimntos de outros.

Se os presidentes pressionam seus bancos centrais para diminuir os juros, o mercado também faz coro para tal situação, pois isso auxilia empréstimos e outros rendimentos bancários.

Com isso, a economia é, por assim dizer, uma verdadeira caixa-nha de surpresas, onde o principal é controlar o dinheiro, para que nada saia do controle, mesmo sabendo que nem tudo é previsível e que as coisas podem mudar da noite para o dia.

MASP bate recorde histórico

O MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) conquistou uma marca importante. Após seis anos, a histórica exposição da artista Tarsila do Amaral foi superada como a exposição mais vista da história do museu. E quem superou essa marca foi outro artista genial: Claude Monet.

Desde a abertura, em maio, até o último domingo (24), a mostra “A ecologia de Monet”, composta por obras históricas do impressionista francês, recebeu 410 mil visitantes. O recorde supera as exposições “Tarsila Popular”, que recebeu 402 mil visitantes em 2019, e “Monet — O mestre do impressionismo”, também do impressionista francês, que foi vista por 401 mil pessoas em 1997.

Devido ao sucesso de público, além da prorrogação da exposição até 6 de setembro de 2025, o MASP também ampliará os horários de funcionamento na

última semana da mostra e oferecerá novas opções de horários com entrada gratuita.

Na terça-feira (2 de setembro), o museu ficará aberto das 10h às 24h, com entrada até as 23h. Os ingressos serão gratuitos durante todo o dia.

Na quinta-feira (4), sexta-feira (5) e sábado (6), o museu funcionará das 10h às 24h, também com entrada até as 23h. Porém, os ingressos serão gratuitos das 18h às 23h. É necessário reservar os ingressos com antecedência por meio do site do MASP.

Esses números mostram que para o brasileiro consumir cultura, basta que ela esteja acessível e seja bem promovida. Ao disponibilizar ingressos gratuitos em dias específicos da semana, o MASP permite que pessoas de todas as classes tenham acesso à arte, como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Opinião do leitor

Bagunça

Fiasco anunciado, faz tempo, a COP-30. Mais um vexame internacional para a conta do Brasil. Preços exorbitantes de hotéis espantam e mostram a ganância desenfreada. Dos 190 países previstos para participar do medonho evento, apenas 47 confirmaram presenças.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: BRASIL ABRE SINDICÂNCIA SOBRE CÔNSUL

As principais notícias do Correio da Manhã em 26 de agosto de 1930 foram: Congresso alemão aprova a nova lei eleitoral, dividindo

o território em 172 distritos. Oposição agita-se contra o presidente Irigoyen e polícia argentina é acionada para conter manifestantes na Casa

Rosada. Governo brasileiro abre sindicância para apurar caso do Cônsul do Porto. Brasil indifere sobre Epitácio Pessoa na Corte de Haia.

HÁ 75 ANOS: TROPAS DA ONU GANHAM REFORÇOS NA GUERRA DA COREIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 26 de agosto de 1950 foram: UDN defi ne cronograma da excursão de Eduardo Go-

mes no interior de São Paulo. Tropas da ONU em Hong Kong a postas para partir para a Coreia. Revelações preliminares do Censo revelam que

a cidade de São Paulo tem 2,2 milhões de habitantes. Árbitros ingleses podem apitar jogos mais importantes do Carioca

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.